FÓRUM - MOVIMENTOS SOCIAIS, PROTESTOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Submetido 21-08-2024. Aprovado 06-02-2025
Avaliado pelo sistema de revisão duplo-anônimo. Editor convidados: Lizandra Serafim, Leonardo Barros Soares e Matheus Mazzilli Pereira
Os/As avaliadores/as não autorizaram a divulgação de sua identidade e relatório de avaliação por pares.
Versão original | DOI: http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v30.91847

MOVIMENTOS SOCIAIS E O CUIDADO EM SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Social movements and health care during the COVID-19 pandemic in Brazil: A scoping review
Movimientos sociales y atención de la salud durante la pandemia de COVID-19 en Brasil: Una revisión de alcance

Alexandre Stori Douvan*[1] | alexandre.douvan@icloud.com | ORCID: 0000-0002-3274-9089
Fernando Tureck[1] | fernandotureck@gmail.com | ORCID: 0000-0001-5583-1088

*Autor correspondente
[1]Universidade do Contestado, Curso de Medicina, Mafra, SC, Brasil

RESUMO

A revisão de escopo procurou identificar o papel dos movimentos sociais na construção do cuidado com a saúde durante a pandemia no Brasil. Utilizou-se a metodologia de revisão de escopo, de acordo com as recomendações do Joanna Briggs Institute. Os resultados encontrados na literatura científica produzida de 2020 a 2024 mostram que os movimentos sociais desempenharam papel importante durante a pandemia de Covid-19, realizando ações educativas, monitorando os índices de contaminação, distribuindo itens de higiene pessoal e alimentos. Todo o processo foi ressaltado pelos próprios movimentos como necessidade de ocupar espaço deixado em aberto pelo Estado, que tomou postura negacionista da condição sanitária e retardou o fornecimento de recursos para os profissionais da saúde.

Palavras-chave: pandemia, movimentos sociais, acesso à saúde, disputas políticas.

ABSTRACT

This scope review following the recommendations of the Joanna Briggs Institute sought to identify the role of social movements in the development of health care during the COVID-19 pandemic in Brazil. The scientific literature from 2020 to 2024 showed that social movements played an important role during the COVID-19 pandemic, carrying out educational actions, monitoring contamination rates, distributing personal hygiene items, and food. The movements highlighted that they had to step in since the Brazilian government adopted a denialist position regarding the health crisis and delayed the provision of resources for health professionals.

Keywords:*: pandemic, social movements, access to healthcare, political disputes.*

RESUMEN

La revisión de alcance buscó identificar el papel de los movimientos sociales en la construcción de la atención de salud durante la pandemia en Brasil. Se utilizó la metodología de revisión de alcance, de acuerdo con las recomendaciones del Joanna Briggs Institute. Los resultados encontrados en la literatura científica producida entre 2020 y 2024 muestran que los movimientos sociales jugaron un papel importante durante la pandemia de COVID-19, realizando acciones educativas, monitoreando los índices de contaminación, distribuyendo artículos de higiene personal y alimentos. Todo el proceso fue destacado por los propios movimientos como una necesidad de ocupar el espacio dejado por el Estado, que adoptó una postura negacionista de las condiciones de salud y retrasó la provisión de recursos para los profesionales de la salud.

Palabras clave: *pandemia, movimientos sociales, acceso a la salud, disputas políticas.*

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 chegou ao Brasil no primeiro trimestre de 2020, provocando mudanças sociais, econômicas e políticas. De acordo com o portal Coronavírus Brasil, do Ministério da Saúde (2024), o acumulado de casos desde o início da crise sanitária chega a 38.836.111, com 712.552 mortes confirmadas. A alta virulência, associada à inexistência de memória imunológica da população pela primeira vez exposta ao vírus, possibilitou sua rápida expansão pelo País, atingindo todas as regiões e chegando aos grupos social e economicamente vulneráveis.

Os grupos vulneráveis são aqueles cuja suscetibilidade de padecer é maior, seja por sua carência econômica, informativa ou cognitiva, como descrevem Silva et al. (2022). A carência também pode ser geográfica, em virtude do isolamento dos núcleos urbanos ou da formação de bolsões de pobreza (Pochmann, 2017). Em condições normais, essas populações demandam atenção especial do poder público em suas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), demandas essas que se tornam maximizadas em emergências sanitárias. Produções documentaram o drama vivido por pessoas cuja fonte de renda se encontrava na exposição a materiais infectados – como é o caso dos catadores – ou pela própria dinâmica residencial, que não permitia o isolamento e obrigava a saída em busca de sustento dos demais moradores, como apontam Azevedo et al. (2022). Além disso, pessoas que não possuem fonte de renda tornam-se ainda mais expostas à fome e à deterioração das condições de higiene em momentos de arrefecimento da economia, e aqueles que anteriormente já padeciam de condições de saúde enfrentaram obstáculos maximizados na pandemia (Azevedo et al., 2022).

Diante do cenário de crise generalizada, as três esferas do poder público tomaram medidas para mitigar os efeitos da pandemia, ainda que criticadas por autores como Silva (2022) por não ter sido desenvolvida uma estratégia de política pública em saúde ampla e que dialogasse com a sociedade, conforme entendem Howlett et al. (2013). Entre as ações públicas mais conhecidas esteve o auxílio emergencial, com objetivo de garantir renda mínima às pessoas afetadas pela perda do sustento no período (Silva, 2022).

A ineficiência do setor público em garantir amparo aos grupos vulneráveis fez com que os movimentos sociais tomassem a frente, como atores principais no processo de cuidado e prevenção ou como elos entre populações marginalizadas e os recursos públicos para a saúde. Em paralelo, a propagação da desinformação sobre a pandemia foi até mais veloz que a do próprio vírus, com disseminação de mentiras e factoides (Bandeira et al., 2023) que mobilizaram a opinião pública e demandaram uma série de esforços para serem dissipados.

Nessa esteira de acontecimentos, movimentos sociais de diferentes nichos passaram a atuar com atenção voltada à emergência em saúde, cada um com vistas a garantir meios de prevenção e melhores condições de cuidado aos seus grupos de representação. Os movimentos sociais são compreendidos, a partir da perspectiva de Gohn (1997, 2013), como coletivos sociais que representam os interesses de determinada classe de cidadãos em busca de articulação política por melhores condições econômicas, sociais e por políticas públicas direcionadas. Desse modo, distinguem-se os movimentos sociais das organizações não governamentais (ONGs) – por conta de sua ação ampla e não necessariamente atrelada aos interesses sociais – e sindicatos, por sua

ação voltada ao melhoramento das condições de trabalho e a um corpo de legislação social adequada (Santoro, 2017).

Com a percepção da atuação dos movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, este artigo busca compreender qual o papel dos movimentos sociais na prevenção à doença e no cuidado com a saúde durante a pandemia. Para atingir esse objetivo, o presente artigo é dividido em distintas seções, iniciada por esta introdução, seguida pela metodologia. Adiante, explanam-se os resultados e discussão, mobilizando referenciais teóricos clássicos e outros atualizados para abalizar a análise. Por fim, a conclusão sintetiza os achados desta pesquisa.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de escopo realizada seguindo as recomendações propostas pelo Joanna Briggs Institute (JIB) (Peters et al., 2020), com o objetivo de responder à pergunta orientadora: qual foi o papel dos movimentos sociais na construção do cuidado em saúde durante a pandemia de Covid-19 no Brasil?

As recomendações do JBI partem do modelo de saúde fundamentado em evidências, "que não se preocupa exclusivamente com a eficácia, mas centra-se na prática baseando-se nas melhores informações disponíveis, sendo adaptável às diversas origens do problemas de saúde" (Santos et al., 2018, p. 1). Dessa forma, o JBI propõe que a revisão de escopo seja realizada seguindo as etapas: definição dos objetivos e pergunta da pesquisa; definição dos critérios de inclusão alinhados com os objetivos e pergunta da pesquisa; elaboração das estratégias de busca pelos registros; seleção dos artigos; extração dos dados dos artigos selecionados; análise das evidências e, por fim, apresentação dos resultados (Peters et al., 2020).

As revisões de escopo permitem identificar de maneira sistemática as evidências disponíveis em um determinado campo, independente de sua fonte, dentro de contextos específicos, além de identificar elementos-chave relacionados ao conceito em investigação (Munn et al., 2022).

A pergunta orientadora foi elaborada utilizando o acrônimo PCC (População, Conceito, Contexto), onde a População (P) inclui movimentos sociais no Brasil, o Conceito (C) refere-se à participação dos movimentos sociais na construção do cuidado em saúde e o Contexto (C) abrange a pandemia de Covid-19.

As buscas foram realizadas nas bases de dados Lilacs, SciELO e Pubmed no mês de junho de 2024, utilizando as chaves de busca apresentadas na Tabela 1. Após as buscas, os registros encontrados foram triados por meio de seus títulos e resumos de modo independente por dois pesquisadores para avaliar se atendiam ou não aos critérios de inclusão e exclusão. No caso de divergência entre os pesquisadores, a decisão era tomada por meio de reuniões com o objetivo de atingir um consenso. Para o processo de triagem e seleção dos artigos, foi utilizada a plataforma eletrônica Rayyan (Ouzzani et al., 2016).

Tabela 1 – Chaves de Busca Utilizadas na Pesquisa

BASE DE DADOS	CHAVE DE BUSCA
Lilacs	Covid-19 AND (“participação social” or “movimentos sociais” or “controle social” or “organizações não governamentais” or “vulnerabilidade social” or “participação da comunidade” or “educação popular em saúde” or “desigualdade social”)
SciELO	Covid-19 AND (“participação social” or “movimentos sociais” or “controle social” or “organizações não governamentais” or “vulnerabilidade social” or “participação da comunidade” or “educação popular em saúde” or “desigualdade social”)
Pubmed	Covid-19 AND (“social participation” or “social movements” or “social control” or “non-governmental organizations” or “social vulnerability” or “community participation” or “popular health education” or “social Inequality”)

Foram incluídos registros publicados desde o início da pandemia até a realização das buscas, sem restrição de idiomas ou local de publicação, que analisam o papel dos movimentos sociais na produção do cuidado em saúde no Brasil durante a pandemia de Covid-19. Foram excluídos editoriais, cartas ao editor, revisões, artigos opinativos e ensaios, além de artigos que não respondiam à pergunta da pesquisa ou que não apresentavam a participação de movimentos sociais.

Os artigos selecionados por meio da triagem inicial foram localizados quanto à sua disponibilidade para a leitura na íntegra e avaliados novamente quanto aos critérios de inclusão e exclusão. Os artigos incluídos na revisão após a leitura na íntegra foram analisados quanto ao ano de publicação, local da realização do estudo, metodologias utilizadas e seus principais resultados. A apresentação dos resultados segue as orientações da PRISMA-Scr (Tricco et al., 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca nas bases de dados resultou em 1.950 registros, dos quais 101 foram excluídos por serem duplicados. Após a triagem por títulos e resumos, 28 publicações foram consideradas elegíveis para a leitura na íntegra. Após a leitura, seis artigos foram incluídos na revisão e seus dados, analisados (Figura 1). A Tabela 2 apresenta os principais achados dos artigos incluídos na revisão.

Figura 1 – Fluxograma de Identificação, Seleção e Inclusão de Estudos

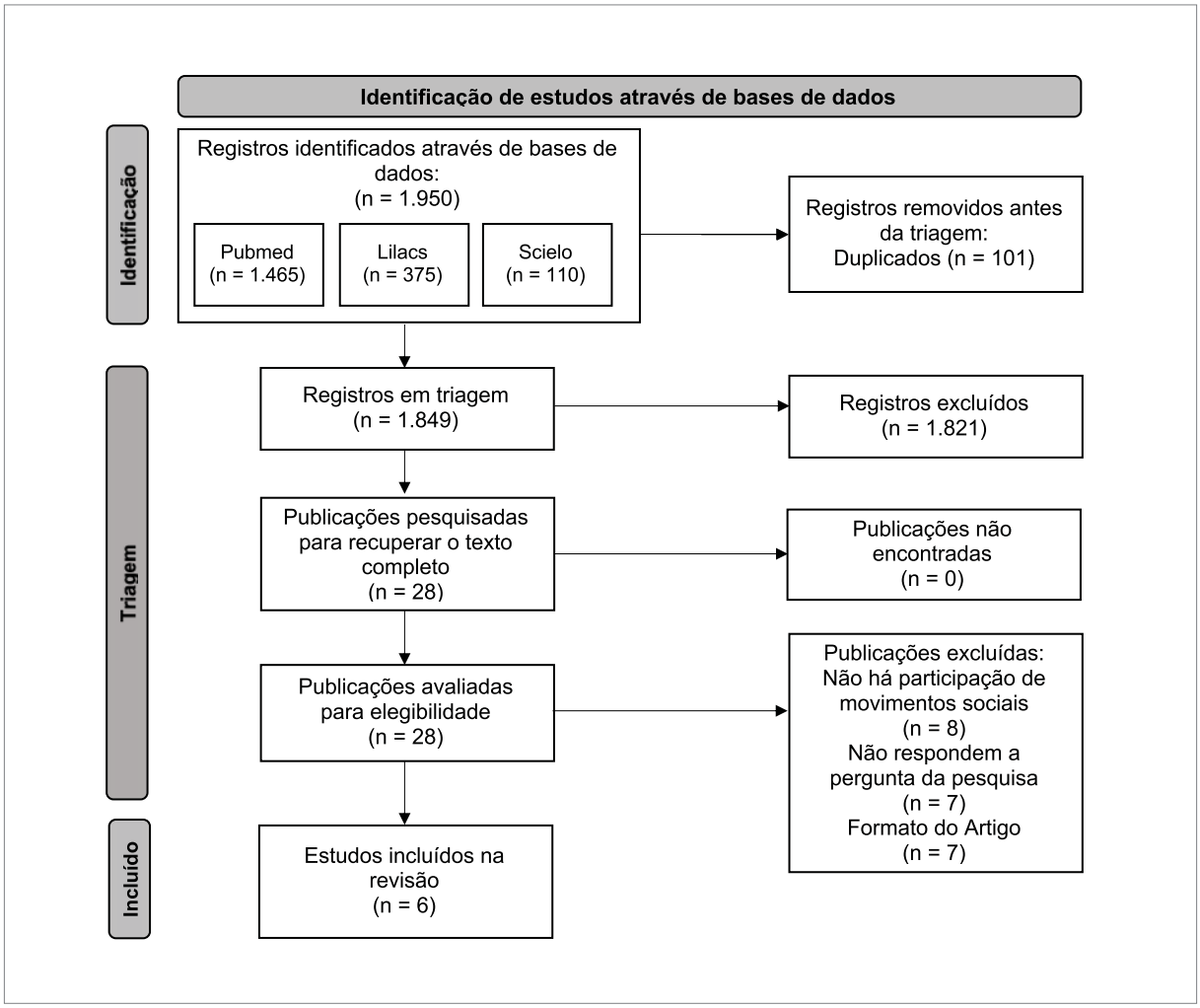

Tabela 2 – Principais Resultados

CÓDIGO DE CITAÇÃO	AUTOR	ANO	ÂMBITO DA PESQUISA	METODOLOGIA	PRINCIPAIS RESULTADOS
A1	Kauss et al.	2021	RS	Pesquisa qualitativa	Ativistas LGBTI buscaram criar uma rede de solidariedade no momento do isolamento e em busca por acesso a recursos para a população LGBTI portadora de HIV

(continua)

(conclusão)

Tabela 2 – Principais Resultados

CÓDIGO DE CITAÇÃO	AUTOR	ANO	ÂMBITO DA PESQUISA	METODOLOGIA	PRINCIPAIS RESULTADOS
A2	Fernandes et al.	2021	Nacional	Pesquisa documental	O cuidado como estratégia de prevenção de contágio pela Covid-19 na ILPI; preservação do vínculo sociofamiliar do residente da ILPI durante a pandemia
A3	Carvalho et al.	2022	Nacional	Pesquisa documental	Criação de uma rede de distribuição de alimentos; ações informativas *on-line*; mobilização de atores políticos no Congresso Nacional na demanda por ações públicas
A4	Alves et al.	2022	RJ	Pesquisa-ação participativa	Mediação entre o conhecimento científico e os saberes populares de cuidado
A5	Pimentel et al.	2022	PE	Pesquisa-ação participativa	Produção e disseminação de informações pertinentes à prevenção da Covid-19 e à promoção de saúde
A6	Gutiérrez et al.	2023	RJ	Pesquisa qualitativa	Organização da coleta e distribuição de cestas básicas e insumos, como máscaras, álcool e medicamentos; mapeamento de pessoas acamadas e que possuíam problemas graves de saúde, a pedido dos Agentes Comunitários; produção de conteúdo sobre a pandemia que se comunicasse de maneira mais assertiva com as favelas

Metade dos artigos incluídos na revisão foi publicada no ano de 2022 (A3; A4; A5), dois estudos, no ano de 2021 (A1; A2) e apenas um, no ano de 2023 (A6). Apesar de as buscas nas bases de dados terem sido realizadas no fim do primeiro semestre de 2024, nenhum artigo publicado daquele ano foi incluído. Ainda que a maior parte dos periódicos científicos tenha adotado um fluxo rápido para a avaliação e publicação de artigos relacionados à Covid-19, a ausência de artigos publicados no ano de 2020 pode corroborar o resultado de outras publicações que indicam que o ciclo de pesquisa-publicação é longo (Tureck et al., 2024).

Entre os artigos incluídos na revisão, apenas dois apresentam dados obtidos em âmbito nacional (A2 e A3), os demais focam estados das regiões Sul (A1), Sudeste (A4 e A6) e Nordeste (A5). Embora a maior parte dos artigos reflita experiências locorregionais, as descrições de participação dos movimentos sociais na construção do cuidado em saúde nesses estudos podem trazer indicações do que ocorreu em outros estados brasileiros.

Há equilíbrio na metodologia dos estudos, com dois artigos usando metodologias qualitativas (A1 e A6), dois utilizando a pesquisa-ação participativa (A4 e A5) e outros dois com pesquisa documental (A2 e A3) como principal forma de obtenção dos dados. Ressalta-se que os dois estudos de âmbito nacional foram realizados por meio da pesquisa documental, com a busca por dados e documentos na internet.

Apesar de a busca nos bancos de dados ocorrer em bases com periódicos internacionais e não apresentar limitação de idiomas, todos os artigos incluídos nesta revisão foram publicados em periódicos nacionais e na língua portuguesa, o que pode refletir a dificuldade de pesquisadores brasileiros publicarem em revistas internacionais ou o pouco interesse desses periódicos em uma temática voltada apenas ao Brasil. Há mais de uma década, pesquisadores como Grosfoguel (2008), chamam atenção para o jogo de forças existente entre os periódicos científicos dos países desenvolvidos e produções do chamado "Sul global", que compreende países pobres e em desenvolvimento. O autor ressalta que, seguindo as dinâmicas de poder estabelecidas pelos processos coloniais, a produção científica de países em desenvolvimento, por mais relevantes que sejam, não recebem o reconhecimento na mesma proporção se comparados a pesquisas semelhantes desenvolvidas por atores do Norte global.

Ações de educação e informação sobre a pandemia

A participação dos movimentos sociais na produção do cuidado em saúde ocorreu de várias formas durante a pandemia, mas ganha destaque o papel dos movimentos sociais na produção de conteúdo e materiais informativos sobre a Covid-19. Mais de metade dos artigos incluídos na revisão apresenta esse resultado (A2; A3; A4; A5; A6). Dois elementos podem ser destacados como primordiais no serviço desenvolvido pelos movimentos sociais: 1) a idiossincrática capacidade de penetração junto às comunidades assistidas; e 2) o poder de mobilização para ação pela criação de discursos e demais conteúdos comunicacionais efetivos (Gohn, 1997).

Embora sejam diferentes autores, com diferentes abordagens e focos analíticos, a necessidade de produzir conteúdos amparados em autoridades que prezam pela ciência, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), foi constatada por todos eles. Dessa maneira, os artigos abordados nesta revisão convergem na afirmação de que, no momento de emergência em saúde que ocorreu no Brasil, a partir de 2020, os movimentos sociais ocuparam a lacuna deixada pelo Governo Federal em matéria de conscientização sobre a pandemia, formas de prevenção à doença – tanto no aspecto informativo quanto de instrumentalização do processo – e, ainda, assumiram a função de desmentir e contextualizar informações incorretas ou mal fundamentadas difundidas pelo núcleo central do Governo Federal e de administrações estaduais (Campilongo, 2021).

O negacionismo sobre a pandemia mostrou-se pujante desde seu início (Pereira et al., 2020). Bandeira et al. (2023) e Silva (2022) argumentam que o presidente à época, Jair Bolsonaro, foi figura central na difusão do negacionismo, mentiras (*fake news*) e mobilização de grupos antivacina e contrários às políticas de isolamento social. Sob tal influência, o Governo Federal teve subaproveitada sua capacidade de ação, sendo não mais que reativo a decisões judiciais (Alves et al., 2022; Kauss et al., 2021) que obrigaram o poder público a tomar medidas de enfrentamento à pandemia.

O prejuízo da inação do Governo Federal durante a pandemia debatida nos artigos que compõem esta revisão é endossado por Campilongo (2021), que destaca a profusão de discussões que considera irracionais do então chefe do Executivo, Jair Bolsonaro, que teria usado de sua posição e influência para orientar a população sobre tratamentos sem eficácia comprovada e desacreditar a política de isolamento social adotada em democracias do mundo todo. O pesquisador ressalta que a propaganda da hidroxicloroquina realizada por Bolsonaro teria ido além do polemismo, uma vez que o medicamento sequer foi desenvolvido para tal fim e seu uso chegou a ser desaconselhado pelo Conselho Federal de Farmácia (2024). Por outro lado, pesquisadores como Pereira et al. (2020) demonstram que, embora a postura de negacionismo possa ter influenciado parcela da população, mesmo contingentes à direita do espectro político manifestaram suas divergências à posição do governo e endossaram as campanhas de prevenção da sociedade civil. Os mesmos Pereira et al. (2020) salientam que se pessoas politicamente autoidentificadas à esquerda foram homogêneos no repúdio às ações e inações do Governo Federal. Nesse sentido, torna-se explícito que os movimentos sociais, historicamente posicionados à esquerda (Douvan, 2021), haveriam de fazer coro ao repúdio aos atos governamentais e articular as próprias medidas com suas bases.

Os artigos analisados mostram que cada movimento articulou ao seu modo projetos informativos para ocupar o espaço deixado pelo governo e até mesmo para desmentir informações propagadas pelo presidente da República. Destaca-se o descrito em A2, A3 e A4, com movimentos que visaram desmentir e informar sobre a prevenção, além de promover a criação de bases de dados para o monitoramento da pandemia em seus territórios de atuação. Em A2, Carvalho et al. (2022, p. 13) descrevem as ações de diversos movimentos sociais que atuaram no combate à fome durante a pandemia, mas destacam que a produção e distribuição de alimentos também demandavam o que chamaram de "informações de base", isto é, um conjunto de dados necessários para que a população engajada e representada pelos movimentos sociais do campo tivessem clareza sobre a pandemia. Também com enfoque nos movimentos sociais do campo, A3 revela abordagem ainda mais aprofundada na dinâmica informacional. Alves et al. (2022) pontuam diversas ações dos movimentos sociais rurais na pandemia, indo além da disseminação de informações de base; as comunidades rurais do litoral carioca passaram a produzir boletins epidemiológicos em seus territórios, associados a um *site* que difundia informações à população geral.

Alves et al. (2022) descrevem os movimentos sociais do campo como anteparos à crise diante do que consideram abandono público das populações periféricas. A capilaridade dos movimentos em populações afastadas dos centros urbanos teria sido essencial para suprir a

demanda de informação para a prevenção à Covid-19. Entre os resultados da pesquisa, mostra-se que, com o suprimento de informações e ações educativas, as populações conseguiram elaborar as próprias estratégias de prevenção e cuidado. Todavia, ressalta-se que em momento algum o que chamam de negacionismo do Governo Federal foi amenizado pela capacidade de auto-organização da sociedade civil, mas sim cobrado para agir a partir de ações coletivas organizadas.

Neste ponto, clarifica-se a pertinência dos movimentos sociais e de outras formas de organização da sociedade civil na organização da população e busca por melhores condições de vida à população (Gohn, 1997). As interfaces promovidas pelos movimentos sociais entre os atores públicos responsáveis por colocar em prática as políticas públicas e as demandas na assistência à saúde demonstram o caráter multifacetado de suas atuações. Além disso, ações locais de esclarecimento às populações atendidas e representadas por esses movimentos mostram relevante caráter educativo, tanto de maneira teórica quanto voltado para ação (prevenção e cuidado).

Silva et al. (2024), em análise sobre a atuação de movimentos sociais em meio à crise sanitária em uma favela, asseveram que a produção informativa se configura como um dos principais mecanismos de luta dos grupos marginalizados. Isso ocorre como forma de organização política em busca de direitos ao mesmo tempo que se configura como ação prática de esclarecimento da população sobre medidas de prevenção. A finalidade educativa da comunicação converge com a discussão impetrada por Douvan et al. (2022), que versam sobre a necessidade de conhecer o contexto histórico, social e econômico de determinado grupo para que as abordagens educativas sejam efetivas, efetividade essa que aumenta ainda mais quando os próprios alvos do processo educativo se comportam como polos ativos em busca da própria emancipação.

Em outras situações de emergência sanitária, como no surto de Ebola na Libéria em 2014, a articulação de movimentos sociais que buscavam esclarecer a população sobre a doença e estimular a participação popular nas discussões sobre saúde teria se mostrado benéfica, como destacado por Machado et al. (2023). Os autores também destacam que a participação da população estimula comportamentos preventivos e, na pandemia da Covid-19, tornou-se perceptível o apoio a medidas de isolamento social, à vacinação e ao desenvolvimento de políticas públicas para aumentar a eficiência da atenção à saúde.

Articulação política dos movimentos sociais

Quando se fala em articulação política, caminha-se ao encontro do que Gohn (1997) aponta como a força motriz dos movimentos sociais. Ou seja, a própria existência desses movimentos é indicativo de problemas que precisam ser enfrentados, que se tornam explícitos a partir das bandeiras levantadas. Para a autora, cada ação de movimentos sociais representa a demanda de um grupo representado, e o objetivo final repousa na melhoria das condições de existência. Entretanto, Silva et al. (2024) descrevem percalços das populações vulneráveis e seus movimentos de representação perante o Governo Federal durante a pandemia, o que teria ensejado debates políticos diretos diante do governo de situação.

Essa perspectiva é abordada em A4, que descreve ações de monitoramento autônomo da evolução da pandemia e a produção informativa no combate às *fake news* (mentiras) propaga-

das pelas redes sociais. Pimentel et al. (2022) destacam que os movimentos sociais já sofriam ataques por desencontro com a agenda política do então presidente da República, o que piorou no cenário pandêmico, ao passo que movimentos indígenas e quilombolas reivindicavam políticas de prevenção voltadas aos seus povos e territórios. Os ataques que teriam sofrido pelas redes sociais foram o estopim para a produção de conteúdos informativos, de campanhas cobrando ações dos representantes políticos e, também, desmentindo informações falsas propagadas no período com processo de checagem independente.

Um dos artigos incluídos na revisão (A3) destaca a mobilização provocada por movimentos sociais de atores políticos no Congresso Nacional, demandando ações no combate à Covid. Os autores partem da perspectiva de que a política econômica de viés neoliberal do Ministério da Economia, associada à estrutura precarizada do sistema público de saúde e o negacionismo do Governo Federal sobre os efeitos da pandemia, demandou que os grupos periféricos e suas organizações representativas realizassem ações por conta própria para conter o avanço da contaminação. Entre as ações destacadas no artigo, está a colaboração com programas de extensão universitária nas áreas da saúde e do serviço social, de modo a garantir que as populações rurais isoladas tivessem acesso a informações fidedignas a respeito dos meios de se proteger do vírus.

Outro elemento destacado por A3 é a vulnerabilidade econômica agravada pela crise sanitária. Com a proibição das feiras livres para evitar a propagação do vírus, as populações dependentes da renda da agricultura familiar viram sua fonte de sustento esvair-se de uma hora para outra, sem que medidas imediatas de auxílio tivessem sido estabelecidas quando ocorreu a proibição. Quando A3 é lido sob a luz da discussão de Pereira et al. (2020), percebe-se que a perda ou redução da renda foi um dos fatores mais importantes na percepção popular. Pereira et al. (2020) apontam que o Governo Federal usou desse expediente para justificar sua posição contrária ao isolamento social, pois seu foco estaria na economia, preservação de empregos e da renda. Ao mesmo tempo, em A3 é destacada a incongruência do discurso oficial com a prática, exemplificada pelo veto parcial à Lei Assis de Carvalho e veto total à Lei Assis de Carvalho II, que estabeleciam mecanismos de fomento e auxílio emergencial aos trabalhadores da agricultura familiar que não estavam inscritos no Cadastro Único (Alves et al., 2022, p. 5). Por conta desses fatores, os movimentos sociais do campo partiram para a judicialização de suas causas para assim conseguir o que pleiteavam em termos de assistência do Estado brasileiro.

A busca pela assistência do Estado para garantir as condições básicas de existência evidencia o que Pochmann (2017) trata como desigualdade hereditária, ou seja, a condição de pobreza que se perpetua entre as gerações, calcada em uma política de Estado que privilegia as classes abastadas. Para o autor, a história do Brasil foi construída com a marginalização do negro e do indígena, que formam as periferias. Embora a pobreza não tenha exclusiva relação étnica, os grandes conjuntos populacionais que ficam à margem da sociedade são formados por negros e povos indígenas. O estudo de Pochmann ganha materialidade nesta revisão, uma vez que A1, A2 e A3 versam sobre movimentos sociais cujas bases são compostas por negros e nativos brasileiros. Neste ponto, a ponderação de Silva et al. (2024) tem efeito, pois aponta que a população negra precisou lutar tanto contra o vírus como contra o abandono do Estado. No mesmo sentido, as minorias sociais (Sodré, 2005) articulam-se durante a emergência em saúde.

Em A5, a discussão deixa a dimensão dos territórios de atuação e passa o enfoque aos grupos de interesse, também componentes dos movimentos sociais (Gohn, 1997). No artigo, Kauss et al. (2021) ressaltam que o movimento LGBTI em momento algum fora benquisto pelo então governo devido às pautas serem dissonantes, motivo que gerou hostilidade do Governo Federal quando tensionado a viabilizar a Política Nacional de Saúde LGBTI (PNSLGBTI) durante a pandemia. Desse modo, o artigo ressalta que o trabalho dos ativistas retomou suas raízes históricas que remontam ao surto de HIV nos anos 1980, momento em que o movimento LBGTI encabeçou ações educativas sobre o vírus, tanto sobre a prevenção quanto sobre o suporte. Kauss et al. (2021) observam que ativistas LGBTI se viram na situação de não apenas desmentir informações falsas de que as vacinas contra a Covid-19 estariam contaminando as pessoas com o HIV, mas também reivindicar políticas específicas para entrega do coquetel antirretroviral de maneira facilitada aos portadores do vírus, que se tornaram de imediato grupos de risco na pandemia.

Nesse contexto, A5 ressalta a ação do movimento LGBTI em busca da efetivação do PNSLGBTI, que é defendido como um mecanismo para efetivar o acesso à saúde tanto aos portadores de HIV durante a pandemia quanto aos outros membros desse grupo que se encontravam em situação de vulnerabilidade. Entretanto, por mais que o artigo descreva a articulação do movimento junto a representações no Congresso Nacional, não são elencados avanços no pleito.

As movimentações da sociedade civil em busca da elaboração de políticas inclusivas ou da efetivação de direitos adquiridos compõem o fazer democrático, como observa Gohn (2013). Para a autora, os movimentos da sociedade civil organizada, aqui representada pelos movimentos sociais, explicitam as demandas por políticas públicas urgentes na sociedade e executam a cobrança diante das forças políticas. Nesse aspecto também é inserida a busca pela ampliação e otimização do sistema de saúde pública, como é relatado em A5. Quando uma minoria política (Sodré, 2005) avança à esfera pública, revela os déficits das políticas vigentes, ou seja, quando A3 e A5 pontuam a necessidade de articulação dos movimentos sociais para garantir acesso aos serviços de saúde, verifica-se a confluência entre teoria e realidade.

A participação social na formulação de políticas públicas também é defendida por Rua (2009), autora que parte do clássico de Howlett et al. (2013) para discutir os aspectos de desenvolvimento, implementação e acompanhamento das políticas públicas. Machado et al. (2023) contribuem com este debate quando apontam que a participação social é pertinente não só para a adesão de estratégias individuais e coletivas de proteção e cuidado, mas também para a realização de pressões políticas. Todavia, Rua (2009) destaca que a pressão social é apenas uma manifestação de descontentamento. Os movimentos sociais podem e devem propor e fiscalizar políticas, mas a implementação é de responsabilidade exclusiva do Estado. Assim, as ações públicas dos movimentos sociais configuram-se como intervenções da sociedade civil (Gohn, 2013) no espaço público diante do vácuo deixado por quem deveria se ocupar de garantir acesso – o Estado (Silva et al., 2024).

É no sentido discutido por Rua (2009), de proposição, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, que seguem as observações de A4, que, assim como em A2 e A3, foca movimentos de trabalhadores rurais, quilombolas e indígenas. Pimentel et al. (2022) apontam a articulação política do movimento indígena do Nordeste contra a desativação dos Distritos

Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) que seriam parte das políticas do Governo Federal desde 2019, ou seja, as estruturas de participação social defendidas por Rua (2009) seguiam em processo de desarticulação por decisão unilateral do governo. Pimentel et al. (2022) destacam que o movimento social buscou mobilizar representantes políticos locais e nacionais para a ampliação da rede de acesso à saúde indígena no momento pandêmico e listam três frentes de atuação: judicialização da busca pela saúde; arrecadação de recursos financeiros; e produção de informativos *on-line* sobre a situação da pandemia nos territórios indígenas. Entre os motivos que teriam levado à busca judicial pela efetivação do acesso à saúde, estão o fechamento dos canais de diálogo por parte do Governo Federal, a inação diante do aumento da crise e o negacionismo sobre a doença. A judicialização também foi a saída encontrada pelos movimentos sociais descritos por A3, e o resultado prático foi a inclusão dos indígenas entre os grupos prioritários na campanha de vacinação.

A judicialização de causas, porém, distancia-se daquilo que se preconiza no debate democrático, com a busca por consensos de modo racionalizado. Para Rua (2009), a busca por decisões judiciais se enquadraria fora do espectro da política, uma vez que demonstra a impossibilidade ou a incapacidade do diálogo. A discussão apresentada em A3 conflui para o argumento da autora, pois demonstra a oclusão dos canais de comunicação com o Governo Federal, a desarticulação dos mecanismos de participação social e, também, a postura avessa ao diálogo e ríspida diante dos movimentos sociais adotada pelo Executivo (Silva et al., 2024).

Outros modelos de pressão e articulação política são descritos em A2. O artigo de Carvalho et al. (2022) acompanha as ações de diversos movimentos sociais rurais durante a pandemia, tanto nas dimensões dos movimentos voltadas aos próprios representados quanto para a sociedade em geral. Como pressão política desenvolvida pelos movimentos está o movimento Despejo Zero, que almejou impedir ações de despejo durante o período pandêmico. Já como articulação política, A2 traz a ação dos movimentos sociais pela manutenção das compras públicas de alimentos, como a que ocorre para as merendas escolares.

Ações de vigilância e cuidado no território

A participação dos movimentos sociais na produção do cuidado em saúde também foi descrita na realização de ações de vigilância e cuidado no território de articulação do movimento social ou, de maneira ampliada, com suas populações pulverizadas em diferentes espaços. Na análise do conjunto de artigos, é possível notar a descrição de três conjuntos de ações: 1) garantias de acesso das populações ao sistema de saúde pública; 2) ações diretas de arrecadação e distribuição de itens de cuidado pessoal, como máscaras e álcool em gel; 3) ações de vigilância e monitoramento.

Entre as ações de intervenção direta realizadas pelos movimentos sociais e descritas em A3, está a mobilização para garantir o acesso da população à Unidade Básica de Saúde (UBS). O artigo expõe o aumento das dificuldades no período pelas restrições de circulação no período e ausência de profissionais, problemas para os quais a articulação com agentes da Atenção Primária à Saúde (APS) garantiu o desafogo momentâneo.

A atuação dos movimentos sociais elencada em A1 e A5 também teve mecanismos de acesso como mote. O primeiro pontua o acesso à saúde como uma das abordagens às quais os

movimentos de ativismo social precisaram se adequar de acordo com a crescente demanda dos seus grupos de base. Ou seja, o progresso da pandemia ensejou modos de atuação distintos dos tradicionais dos movimentos sociais. Embora Silva et al. (2022) ponderem que mutirões para inscrição em programas sociais sejam um modo de operação comum dos movimentos sociais, no período pandêmico essa foi uma ação otimizada, inclusive com a demanda pela emissão de documentos pessoais para pessoas que nunca os tiveram, com o intuito de que estas gozassem os benefícios assistenciais providos naquele momento.

Diferente dos casos de A1 e A3, em A5 é descrito um método diferente de promoção à saúde, com foco no cuidado com a saúde mental no isolamento. Embora esse mote não seja referendado por Howlett et al. (2013) como uma forma de fomento às políticas públicas, justamente por não focar ações abrangentes e articuladas pelo Estado, também é parte do escopo de atuação dos movimentos sociais (Gohn, 1997), na medida em que propõe intervir na realidade com objetivo de melhorar condições de vida. As ações descritas consistiram na criação de uma rede de apoio mútuo, orquestrada para diminuir a sensação de solidão. De certo modo, tal atitude aproxima-se do descrito em A6, em que movimentos pela saúde de idosos institucionalizados buscavam a manutenção do vínculo familiar na condição de impossibilidade do contato físico. Embora nos dois casos não se trate de cuidado com a saúde por efeito direto do vírus, os autores pontuam se tratar de mecanismos para prevenir o adoecimento das pessoas que ficaram privadas de contato interpessoal nos momentos mais críticos do chamado "fique em casa".

Outro grande mote de atuação foi a distribuição de itens de higiene e cuidado pessoal pelos movimentos sociais a pessoas cuja carência de recursos financeiros impedia o acesso. Em A3, os autores citam que, em associação com programas de extensão universitária na área da saúde, foi possível desenvolver um programa de aplicação de testes para Covid-19 em territórios indígenas, quilombolas e de agricultura familiar. Para além de testar se as pessoas tinham ou não o vírus, os autores de A3 avaliaram que a distribuição de máscaras de proteção, álcool em gel e sabão, concomitantemente com a promoção de oficinas de autocuidado nas comunidades para educar sobre a pertinência e o uso correto desses materiais, pode ser considerada um exemplo positivo de engajamento em prol da saúde coletiva.

Ao mesmo tempo que as testagens e ações educativas decorriam, foi criado o *site* "Observatório da Covid nos Quilombos", que tinha como objetivo dar transparência ao avanço da pandemia sobre territórios protegidos. A perspectiva do monitoramento é também pautada em A5, segundo o qual o movimento LGBTI criou mecanismos de acompanhamento não apenas da contaminação pelo coronavírus, mas também do constatado aumento da violência contra a população LGBTI naquele período (Kauss et al., 2022). Uma abordagem orientadora diferente é exposta em A6, uma vez que os movimentos pelo cuidado com a pessoa idosa lançaram documentos com orientações sobre o cuidado (tanto pessoal quanto coletivo) e informações sobre a necessidade de manutenção dos vínculos comunicacionais e afetivos para evitar o progresso do adoecimento mental com a sensação de solidão.

Embora a revisão não tenha sido delineada para pesquisar a segurança alimentar a acesso à alimentação, parte dos artigos apresenta como resultado várias estratégias adotadas pelos movimentos sociais para garantir a alimentação de populações vulneráveis durante a pandemia. A1,

A2 e A3 trazem essa discussão. No primeiro, os autores abordam a maneira como movimentos sociais orquestraram a doação de cestas básicas a pessoas em vulnerabilidade econômica e social nas periferias urbanas.

O prisma apresentado em A2 é levemente diferente, uma vez que o artigo discute a variedade dos sistemas alimentares e o impacto social de cada um deles. Considera o acesso à alimentação um ponto importante do cuidado com a saúde, ainda mais em momento de isolamento, em que sair de casa em busca de sustento – e alimento – poderia significar a exposição à infecção. Desse modo, os movimentos sociais do campo apoiadores do "fique em casa" passaram a atuar com a captação do excedente das produções rurais para distribuição nas periferias das grandes cidades.

A pertinência de ações voltadas à distribuição de alimentos é referendada por Silva et al. (2024), que expõem o avanço da insegurança alimentar no país durante a pandemia mesmo com quadro de produção de alimentos suficientes para suprir as demandas nacionais. Quando Gohn (2013) pontua que a ação dos movimentos sociais é voltada à política, é do descrito em A2, A3 e A4 que a autora fala: expuseram a incoerência da política de produção de alimentos no País ao mesmo tempo que articularam medidas para reduzir o déficit nutricional da população carente durante a emergência sanitária.

Em A3, a ideia da doação de alimentos dá lugar à comercialização. A discussão sobre os territórios rurais contra a Covid-19 leva em consideração a queda na renda dos produtores rurais familiares, indígenas e quilombolas decorrente da interdição das feiras livres para conter a propagação do vírus. Desse modo, o artigo aponta que os movimentos sociais que representam essas populações no litoral do Estado do Rio de Janeiro procuraram meios tanto para garantir o escoamento da produção como geração de renda quanto como forma de colaborar para amenizar as carências urbanas. Desse modo, foram criadas cestas de produtos naturais vendidas remotamente a preço módico. De acordo com os autores, essa ação permitiu a sobrevida financeira das famílias que dependiam da venda de alimentos para subsistência, ao mesmo tempo que garantiu acesso à alimentação com custos reduzidos à população urbana em condição de vulnerabilidade.

Tanto o conjunto de ações em prol da alimentação durante a pandemia quanto a necessidade de articular ações para garantir acesso ao sistema de saúde e a itens básicos de higiene e proteção pessoal dialogam com os estudos de Pochmann (2017) e Silva et al. (2024). O primeiro autor destaca que o Brasil se constituiu com base na exploração étnica e com a formação de bolsões de pobreza apenas parcialmente assistidos por políticas públicas, que mal chegam a amenizar a desigualdade construída ao longo de séculos. Já os segundos lançam olhar aos desdobramentos contemporâneos, observando que menos de 60% dos habitantes das periferias fazem três refeições por dia e que o acesso a materiais básicos de higiene se tornou ainda mais difícil durante a pandemia. Nessa esteira, Pochmann (2017) pondera que a inexistência de políticas públicas estruturais para a redução das desigualdades condena a população periférica à perpetuação de sua condição. Nessa esteira, compreende-se que os movimentos sociais realizaram ações paliativas para sobrevivência da população à margem dos serviços públicos e desprovida de recursos financeiros.

CONCLUSÃO

Movimentos sociais de diversas áreas movimentaram-se politicamente com o objetivo de fechar lacunas na atenção à saúde que surgiram ou se agravaram durante a crise sanitária. Destacam-se as ações de prevenção, como a arrecadação e doação de itens de higiene pessoal, como máscaras e álcool em gel; ações de promoção à saúde, exemplificadas com a garantia de acesso ao sistema público a comunidades isoladas; monitoramento e conscientização do avanço da pandemia; mobilização política com pressão dos movimentos sociais para a implementação de políticas de acesso à saúde; e, por fim, de segurança alimentar, com distribuição de alimentos para pessoas em vulnerabilidade social.

Entretanto, a atuação dos movimentos sociais durante a pandemia não ocorreu sem embates de ordem política com o Governo Federal. Enquanto os movimentos de trabalhadores do campo, indígenas, LGBTI, moradores das favelas e de atenção aos idosos pleiteavam o aumento das ações do Estado no combate à pandemia e acesso da população a itens básicos para subsistência, o próprio eixo central da política econômica do governo de então seguia a linha neoliberal, que se explicita pela redução da atividade estatal em nome das ações individuais dos cidadãos em todos os campos.

Nesse ambiente de conflitos em meio à maior crise sanitária da História, a judicialização das causas deu vitória aos movimentos sociais perante o governo, como a obrigação deste em incluir os povos indígenas nos grupos prioritários à vacinação e de dotar o Sistema Único de Saúde com recursos para o desenvolvimento de suas atividades além do que estavam previstas antes da pandemia.

Compreender a atuação dos movimentos sociais em temas de saúde é pertinente tanto para os campos político e social quanto para a área da saúde. Isso porque a capilaridade e o poder de influência dos movimentos sociais foram evidenciados na pandemia, mas não se restringem a situações de emergência sanitária, podendo ser aliados importantes na disseminação dos atos de prevenção a doenças e estilo de vida saudável. A possibilidade dos movimentos em dialogar com grupos identitários e comunidades difundindo informações científicas e estimulando a participação em instâncias deliberativas – como conselhos de saúde, junto aos poderes públicos etc. – surge como importante via para pluralizar as pautas no sistema público de saúde.

Para além da judicialização e dos embates com o Governo Federal, a revisão da literatura demonstrou que a capilaridade dos movimentos sociais permitiu a chegada de instituições de ensino superior e de saúde em regiões destacadas dos centros urbanos, bem como ações de conscientização da população em relação ao vírus e seu impacto na saúde humana. Todavia, a literatura também evidencia as limitações dos movimentos sociais para efetivação de ações, como a falta de recursos, a dependência de doações, a necessidade de manifestações para expor pautas e as atividades em pequena escala, sem abrangência nacional – todos elementos que cabem à esfera institucional por meio de políticas públicas programáticas.

REFERÊNCIAS

Alves, H., Soares, M. R. P., Costa, R. R. da S., Cruz, S. S. da, Schottz, V., Marro, K. I., & Piccolo, R. M. D. (2022). Territórios rurais contra a Covid-19: Saberes, fazeres e reflexões por meio da Educação Popular em Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, *26*, 1-17. https://doi.org/10.1590/interface.210724

Azevedo, A. M. M., Gutberlet, J., Araújo, S. D. de, & Duarte, F. H. (2022). Impacts of Covid-19 on organized waste pickers in selected municipalities in the State of São Paulo. *Ambiente e Sociedade*, *25*, 1-23. https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210088r1vu2022L2AO

Bandeira, O., Mendes, G., & Pasti, A. (2023). *Quem controla a mídia? Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais*. Veneta; Coletivo Intervozes.

Campilongo, C. F. (2021). *Ineficácia do governo federal no combate à pandemia gera ações no STF e no TCU* [Entrevista]. Jornal da USP. https://jornal.usp.br/atualidades/ineficacia-do-governo-federal-no-combate-a-pandemia-gera-acoes-no-stf-e-no-tcu/

Carvalho, P. D., Teixeira, M. A., Motta, R., & Penna, C. (2022). Disputing food systems: Responses of social movements to the Covid-19 pandemic. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *37*(108), 1-18. https://doi.org/10.1590/3710808/2022

Conselho Federal de Farmácia. (2024). *Estudo estima 17 mil mortes por tratamento de Covid-19 com cloroquina*. https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/12/01/2024/estudo-estima-17-mil-mortes-por-tratamento-de-covid-19-com-cloroquina

Douvan, A. S. (2021). *Deslocamentos do posicionamento político-ideológico de jornalistas brasileiros*: *Uma análise qualitativa da percepção política dos profissionais* (Monografia, Departamento de Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa).

Douvan, A. S., Itaoui, B., Skodowski, C., & Luiz, D. C. E. (2022). Tocar-te: Uma prática da instituição Lua Nova. In S. C. Silva, D. E. C. Luiz, & R. R. Moura, *Análise de práticas desenvolvidas pelos órgãos/entidades de atendimento que prestam serviços socioassistenciais à política municipal de assistência social do município de Ponta Grossa* (Relatório de pesquisa) 100-111. Ponta Grossa: UEPG; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas/ Núcleo de Educação Permanente.

Fernandes, D. de S., Taveira, R. C. C., Silva, L. M., Kusumota, L., Giacomin, K. C., & Rodrigues, R. A. P. (2021). Atuação de movimentos sociais e entidades na pandemia da COVID-19 no Brasil: O cuidado à pessoa idosa em Instituições de Longa Permanência. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, *24*(2), 1-12. https://doi.org/10.1590/1981-22562021024.210048

Gohn, M. da G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Loyola.

Gohn, M. da G. (2013). *Sociedade civil no Brasil: Movimentos sociais e ONGs*. Meta: Avaliação, 6, 141-151.

Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *80*, 1-25.

Gutiérrez, A. C., Campos, G. W. de S., Cunha, M. S. da, Mattos, M. P. de, Costa, P. dos S. da, Silva, R. O. L. da, Pereira, A. C. dos S. R., Campos, A. R., & Guerra, C. A. (2023). Coletivos organizados, ativismo social e narrativas da pandemia em territórios vulneráveis na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, *28*(12), 3533-3542. https://doi.org/10.1590/1413-812320232812.04812023

Howlett, M., Ramesh, M., & Perl, A. (2013). *Política pública: Seus ciclos e subsistemas: Uma abordagem integradora*. Elsevier.

Kauss, B., Polidoro, M., Costa, A., & Canavese, D. (2021). "Seed for Fight": Activism, right to health and confrontations of LGBTI people in the covid-19 pandemic. *Saúde e Sociedade*, *30*(3), 1-11. https://doi.org/10.1590/S0104-12902021201026

Machado, F. V., Rech, C. M., Pinto, R. S., & Kujawa, H. (2023). Participation in health and COVID-19: International studies on Pandemic response and reflections on the brazilian context. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, *15*(8), 6987-7010. https://doi.org/10.55905/cuadv15n8-010

Ministério da Saúde. (2024). *Coronavírus Brasil*. https://covid.saude.gov.br/

Munn, Z., Pollock, D., Khalil, H., Alexander, L., Mclnerney, P., Godfrey, C. M., Peters, M., & Tricco, A. C. (2022, abril 1). What are scoping reviews? Providing a formal definition of scoping reviews as a type of evidence synthesis. *JBI Evid Synth*, *20*(4), 950-952. DOI: 10.11124/JBIES-21-00483

Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z., & Elmagarmid, A. (2016, dezembro). Rayyan: A web and mobile app for systematic reviews. *Syst Rev.*, *5*(1), 210. DOI: 10.1186/s13643-016-0384-4

Pereira, C., Medeiros, A., & Bertholini, F. (2020). O medo da morte flexibiliza perdas e aproxima polos: Consequências políticas da pandemia da COVID-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, *54*(4), 952-968. https://doi.org/10.1590/0034-761220200327

Peters, M. D. J., Godfrey, C., McInerney, P., Munn, Z., Tricco, A. C., & Khalil, H. (2020). *Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version)*.

Pimentel, S. K., Gomes, A. O., Pavelic, N. L. B., Andrade, L. E. A. de, Julião, C. G., Lima, P. C. de, Santos, R. do R., & Gomes, T. D. (2022). Do monitoramento autônomo à pesquisa colaborativa virtual: Parceria com o movimento indígena do Nordeste durante a pandemia da Covid-19 como apoio ao controle social. *Saúde e Sociedade*, *31*(4), 1-12. https://doi.org/10.1590/s0104-12902022220437pt

Pochmann, M. (2017). *A desigualdade hereditária: Origem e trajetória no Brasil*. Ed. UEPG.

Rua, M da G. (2009). *Políticas públicas*. UFSC; CAPES; UAB.

Santoro, V. (2017). Sindicato e sindicalismo. In G. Liguori & P. Voza, *Dicionário Gramsciano* (1926-1937). Boitempo.

Santos, W. M., Secoli, S. R., & Püschel, V. A. A. (2018). The Joanna Briggs Institute approach for systematic reviews. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, *26*, e3074. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2885.3074

Silva, A. S. C. P. da, Furtado, L. A. C., Mendes, V. M., & Chioro, A. (2024). O combate à fome na pandemia de Covid-19: Arranjos de cuidado em saúde mental em uma periferia paulistana. *Saúde em Debate*, *48*(141), 1-7. https://doi.org/10.1590/2358-289820241418694p

Silva, S. C (2022). Pandemia e Auxílio Emergencial: Recursos e impactos nos municípios dos Campos Gerais-PR. *Sociedade em Debate*, 28, 117-139. https://doi.org/10.47208/sd.v28i1.2955

Silva, S. C., Luiz, D. E. C., & Moura, R. R. (2022). *Análise de práticas desenvolvidas pelos órgãos/entidades de atendimento que prestam serviços socioassistenciais à política municipal de assistência social do município de Ponta Grossa* (Relatório de pesquisa). UEPG; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas/Núcleo de Educação Permanente.

Sodré, M. (2005). Por um conceito de minoria. In R. Paiva & A. Barbalho, *Comunicação e cultura das minorias*. Paulus, 11-14.

Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher D, Peters MDJ, Horsley T, Weeks L, Hempel S, Akl EA, Chang C, McGowan J, Stewart L, Hartling L, Aldcroft A, Wilson MG, Garritty C, Lewin S, Godfrey CM, Macdonald MT, Langlois EV, Soares-Weiser K, Moriarty J, Clifford T, Tunçalp Ö, Straus SE (2018, outubro 2). PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and explanation. *Ann Intern Med.*, *169*(7), 467-473. DOI: 10.7326/M18-0850

Tureck, F., Chioro, A., Tofani, L. F. N., Lima, C. L., Vieira, A. da C. S., & Andreazza, R. (2024). Inovações produzidas na Atenção Primária à Saúde durante a pandemia do COVID-19: Uma revisão integrativa da literatura. *Ciencia & Saúde Coletiva*, 29(6), e07022023. https://doi.org/10.1590/1413-81232024296.07022023

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Alexandre Stori Douvan: Conceitualização, curadoria de dados, Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Fernando Tureck: Conceitualização, curadoria de dados, Metodologia; Validação; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.